

# *Habitus camponês-caboclo e disposições temporais nos camelôs do centro comercial de Belém*

Alexandre Sócrates Araujo de Almeida Lins<sup>1</sup>

Fábio Fonseca de Castro<sup>2</sup>



## RESUMO

Este artigo visa demonstrar que as disposições produtivas do tipo camponês-caboclo, descrito por Costa (2012a e 2012b), estão presentes nos camelôs do Centro Comercial de Belém. Para isso, este estudo se baseia em Schutz (1967, 1970 e 1987), em que a experiência intersubjetiva é uma co-constituição do mundo social pelas consciências que nele estão presentes, a partir da sedimentação e transmissão das reservas de experiência. A pesquisa argumenta ainda a importância de compreender a dimensão incorporada desses modos práticos de conhecimento e ação, através da noção de habitus, de Bourdieu (2009). A identificação desses sedimentos foi feita, juntamente, com a compreensão das especificidades do tipo camelô na contemporaneidade através de uma pesquisa de campo de inspiração etnográfica, dentro da perspectiva de um fenômeno social total, aos moldes de Mauss (2003), ou seja, com seus aspectos religiosos, sensíveis, políticos e familiares. Para captar esses aspectos do universo camelô foram realizadas 10 entrevistas em profundidade, com roteiro flexível, de agosto de 2016 a junho de 2017.

**Palavras-chave:** Camelôs. Caboclos. Setor Informal. Trabalho. Centro Comercial de Belém.

---

1 Jornalista, doutorando em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). E-mail: asaalins@yahoo.com.br.

2 Doutor em Sociologia. Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). E-mail: fabiofc@ufpa.br.

## **ABSTRACT**

This article aims to demonstrate that productive provisions of camponês-caboclo type, described by Costa (2012a and 2012b) are present at camelôs from Belem's Commercial Centre. For this, this study is based on Schutz (1967, 1970 and 1987), where the intersubjective experience is a co-constitution of the social world by the consciences that are present, from the sedimentation and transmission of the reserves of experience. The research further argues the importance of understanding the embedded dimension of these practical models of knowledge and action, through Bourdieu's (2009) notion of habitus. The identification of these sediments was done together with the understanding of camelô-type specificities in contemporary times through an ethnographic-inspired field research, within the perspective of total social phenomenon, according to Mauss (2003), that is, with its religious, sensorial, political and familiar aspects. To capture all this camelô universe, we used 10 deep interviews, with a flexible script, from August 2016 to June 2017.

**Keywords:** Camelôs. Caboclos. Informal Sector. Work. Belem's Commercial Center.

## INTRODUÇÃO

Para isso, desenvolvemos a pesquisa prospectando as visões de mundo de dez indivíduos que atuam como camelôs no centro de Belém há mais de uma década. Realizamos entrevistas de longa duração com eles, associando a observação participante de seus espaços de trabalho. Nosso objetivo foi compreender a permanência do habitus camponês-caboclo no padrão da economia informal de Belém. Dedicamo-nos, neste artigo, a explorar dois aspectos desse habitus: o uso do tempo no trabalho e a forma de pensar o futuro, a partir da atividade profissional.

Pudemos perceber com a pesquisa, a presença de sedimentos, formas e práticas culturais do habitus da trajetória tecnológica camponesa 2, ou T2, descrita por Costa (2012) nas estratégias de reprodução social dos camelôs, o que, em certa medida, pressupõe contradições entre estratégias econômicas ambivalentes: por um lado, tem-se um modelo de acumulação familiar, sistemas lógicos não centrados na acumulação e códigos de honradez associados às trocas econômicas e, de outro, tem-se um modelo produtivista e individualista, sistemas cumulativos e estratégias de venda centradas na liquidez.

Compreender a dinâmica de vida e a cultura material dos camelôs mostra-se importante, porque eles são parte de um fenômeno social mais amplo: o trabalho informal, que possui peso relevante na economia da capital paraense. Efetivamente, há um grande desconhecimento a respeito do que são os camelôs em seus processos intersubjetivos e culturais e uma tendência a percebê-los de maneira indistinta, como se o padrão econômico do mercado informal fosse unitário e dependente do sistema industrial que produz as mercadorias costumeiramente vendidas por eles. Com efeito, o senso comum elabora os camelôs como vendedores de produtos efêmeros, baratos e de baixa qualidade, muitas vezes associando a sua prática de venda e eles próprios à compreensão corrente que se tem a respeito desses produtos.

O artigo prossegue, após esta introdução, fazendo uma descrição geral do papel dos camelôs na economia informal de Belém. Em seguida, fazemos um descritivo da mostra estudada, considerando-a no contexto do referencial da T2 e, ao mesmo tempo, explicitando os referenciais qualitativos adotados e os padrões metodológicos da pesquisa. Por fim, concluímos o artigo apresentando e discutindo dois dos aspectos do habitus dos indivíduos prospectados que, em nossa compreensão, sugerem alguma permanência do mundo camponês-caboclo no mundo urbano: o uso do tempo no trabalho e a forma de pensar o futuro, a partir da atividade profissional.

Realizamos a pesquisa aqui relatada com a percepção de que o mundo do trabalho na Amazônia ainda é pouco compreendido. Com efeito, pode-se perceber que mesmo em períodos de crescimento econômico no Brasil, como entre 2004 e 2008<sup>3</sup>, o Pará persistiu registrando altas taxas de informalidade, acima da nacional. Diante disso, surge a convicção de que trata-se de um fenômeno que não pode ser estudado somente à luz da economia, como algo que responde necessária e mecanicamente aos momentos

---

<sup>3</sup> O país cresceu 5,2% em 2014, 2,3% em 2005, 2,9% em 2006, 5,4% em 2007 e 5,2% em 2008. Fonte: IBGE.

de crescimento ou crise econômica. Nesse sentido, buscamos produzir um estudo qualitativo que ajude a esclarecer melhor o “mundo camelô”, partindo da premissa de que é possível compreender uma realidade que parece predominantemente econômica, com auxílio da história, bem como de uma sociologia compreensiva, e de um método de inspiração etnográfica.

## OS CAMELÔS EM BELÉM

Em 2016, Belém possuía 15 mil trabalhadores informais atuando como camelôs<sup>4</sup>. Cerca de dois terços desse número trabalhava no centro comercial da capital, no bairro da Campina. O SI da Economia, bem entendido, não se restringe aos camelôs, e é caracterizado por diversas atividades em que não há garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, bem como pouca ou nenhuma regulamentação de órgãos oficiais. Além disso, é preciso considerar que, entre os camelôs, há certa diversidade de estratégias e padrões de atuação: a venda de rua ambulante e a venda em barracas, por exemplo, demarcam padrões que impactam profundamente na sua organização interna. Nos dois casos há, também, importante variação de bens comercializados, o que produz um segundo recorte classificatório. Os produtos vendidos variam muito, indo de comidas típicas e lanches, à venda de brinquedos, jogos eletrônicos, roupas, bolsas e artigos de armarinho. Também é comum ver esses trabalhadores prestando serviços com amolação de facas, conserto de relógios etc.

No Brasil, o SI ainda é tratado de forma negativa, como uma espécie de disfunção do sistema capitalista, apesar de a presença marcante na economia e de muitos estudos apontarem que este faz parte da estratégia contemporânea de reprodução do capital. Assim, para entidades como o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), a economia informal deve ser tratada como “subterrânea”. Segundo o Etco, esta é nociva ao país já que sonega impostos, evade contribuições para a seguridade social, dribla o cumprimento de leis e regulamentações trabalhistas e evita custos decorrentes das normas aplicáveis a cada atividade. Ainda de acordo com a entidade, em 2016, estima-se que a economia subterrânea, movimentou R\$ 983 bilhões, o equivalente a 16,3% do PIB nacional.

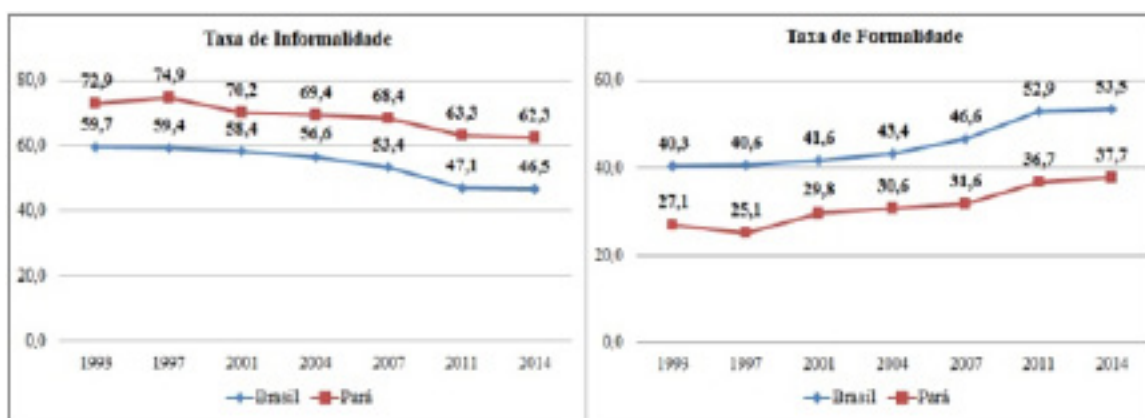
No Pará, segundo Trindade et al (2017), a informalidade passou de 55%, em 2014, para 57% em 2015. Os números do SI diferem dependendo da pesquisa, mas sempre mostram-se significativos no Estado. Vale destacar que esses índices já foram bem mais elevados. Como nos apontam Sousa e Mathis (2016), o Pará apresenta, historicamente, taxas de informalidade superiores às do Brasil em série que vai de 1993 a 2014. O pico no estado, segundo as autoras, foi em 1997, com impressionantes 74,9%. Nesse mesmo ano, a taxa brasileira era de 59,4%. Com o crescimento econômico a partir da metade dos anos 2000, as taxas de informalidade no Brasil e no Pará caíram, mas sempre mantendo a distância citada. No estado, esta saiu de patamares superiores a 70% nos anos 1990, para 69,4% em

---

<sup>4</sup> Segundo dados do Dieese/Pará. Detalhes em: NASCIMENTO, Valéria. Falta de emprego empurra paraense à informalidade. *Jornal Amazônia*. 05.06.2016. Disponível em <http://www.ormnews.com.br/noticia/falta-de-emprego-empurra-paraense-a-informalidade> Acesso em: 05.12.2017.

2004, até chegar a 62,3% em 2014, afirmam as autoras. Ainda segundo elas, tanto o Brasil como o Pará apresentaram tendência positiva na formalidade do trabalho, a partir de 2011. Mas se neste ano citado a taxa nacional de formalidade superou 50%, a taxa paraense ainda estava em 37,7% três anos depois, no ano de 2014. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017, o Pará ainda apresentou aumento de 183 mil trabalhadores autônomos somente entre 2012 e 2017.

**Imagem 01** – Gráfico com taxas de Informalidade e Formalidade – Brasil e Pará



**Fonte:** Souza e Mathias (2016) a partir de dados da PNAD/IBGE.

Importante refletir que o Setor Informal (SI) é um fenômeno amplo. O IBGE o define como sendo conformado por unidades econômicas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de “gerar ocupação e rendimento para as pessoas envolvidas, operando, tipicamente, com baixo nível de organização, com alguma ou nenhuma divisão entre trabalho e capital como fatores de produção, e em pequena escala, sendo ou não formalmente constituídas” (IBGE, 2018).

O instituto explicita da seguinte maneira o grupamento econômico por meio do qual caracteriza o setor: “proprietários de negócios informais (trabalhadores por conta própria e pequenos empregadores com até 5 empregados), com 10 anos ou mais de idade, ocupados em atividades não-agrícolas e moradores de áreas urbanas” (IBGE, 2018). Vale ressaltar que o IBGE exclui da amostragem: os trabalhadores domésticos, que embora tecnicamente pertencentes ao setor informal, são retratados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD); a chamada "população de rua", que como não tem residência fixa, é objeto de outra pesquisa específica; e o conjunto de pessoas ligadas a atividades ilegais.

Um aspecto marcante do trabalho informal no Pará é aquele realizado na via pública. A partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017, podemos observar o crescimento desse tipo de atuação por meio da seguinte tabela:

**Tabela 01** - Trabalho em via ou área pública – Pará

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pessoas ocupadas no setor privado no trabalho principal (mil pessoas).	165	166	169	180	229	2012
Distribuição percentual das pessoas ocupadas no setor privado no trabalho principal.	6,4%	6,2%	6,3%	6,5%	8,4%	7,6%

**Fonte:** Pesquisa domiciliar IBGE/ PNAD contínua (2017).

Podemos, ainda, dimensionar o trabalho de rua na capital paraense com apoio de pesquisa sobre o perfil do ambulante que trabalha no comércio informal no Centro Comercial de Belém realizada em 2007 pela Secretaria Municipal de Economia (Secom):

**Tabela 02** - Perfil do ambulante com atuação no comércio informal do Centro Comercial de Belém

Local de origem:					
Belém	Outros municípios paraenses	Municípios de outros Estados	Outro país	Sem resposta	-
1.048 – 56,07%	570 – 30,50%	240 – 12,84%	3 – 0,16%	8 – 0,43%	-
Idade					
16 a 21	21 a 30	Mais de 30 a 40	Mais de 40 a 50	Mais de 50 a 60	Mais de 60
128 – 6,85%	402 – 21,51%	593 – 31,73%	423 – 22,63%	219 – 11,72%	104 – 5,56%

Rendimento											
Até um salário mínimo		Mais de 1 até 3 salários mínimos		Mais de 3 até 6 salários mínimos		Mais de 6 até 9 salários mínimos		Mais de 9 salários mínimos		-	
384 – 20,55%		1.334 – 71,38%		129 – 6,9%		10 – 0,54%		12 – 0,64%		-	
O que faziam antes da informalidade											
Assalariado do setor público	Assalariado do setor privado	Emprego remunerado por produção	Trabalho por conta própria	Proprietário de empresa	Empregado doméstico	Dona de casa	Aposentado	Estudante	Vivia de renda	Desempregado	Outro
57 – 3,05%	697 – 37,29%	45 – 2,41%	237 – 12,68%	2 – 0,11%	72 – 3,85%	49 – 2,62%	2 – 0,11%	89 – 10,11%	20,11%	344 – 18,41%	173 – 9,26%

**Fonte:** Secon. Desenho socioeconômico da população de ambulantes que pratica o comércio informal no Centro Histórico de Belém. Ano: 2007. Amostra: 2.400 ambulantes. Tabulados 1.869.

Dos dados acima, o que mais chama a atenção é que mais de 70% dos ambulantes tinham renda média de até três salários e provavelmente por isso, 49% deles não queriam sair da informalidade. Além disso, 67,5% tinham casa própria, contra 16,59% que moravam de aluguel e 12,2% que ainda residiam com a família. A maioria era constituída por homens (68,38%) contra 31,62% de mulheres. Cerca de 79% do total dos indivíduos era chefe de família e somente 7,17% exercia outra atividade remunerada. A maioria trabalhava de 8 a 18 horas diariamente, todos os dias da semana.

Os dados indicam um predomínio de baixa escolaridade: 44% não tinham completado o ensino fundamental; 76% não concluíram o ensino médio; 2,51% nunca frequentaram a escola; e apenas seis ambulantes, ou 0,32% do total, indicaram ter o terceiro grau completo. No universo pesquisado, 71,11% dos entrevistados declararam não ter desejo de voltar ao seu último trabalho, contra 15,46%, que desejavam retornar à última ocupação.

Outros pesquisadores, como Sena (2002) e Pires (2014), também apresentam dados que ajudam a compreender melhor o perfil dos vendedores do centro comercial de Belém:

A maioria dos trabalhadores ambulantes, 49,1% é natural de Belém, 33,95% são do interior do Estado do Pará e 17,0% são originários de outros Estados (...) Quando se agregam aos trabalhadores naturais de Belém aqueles que são do interior do Estado, a parcela de vendedores formada por paraenses passa a representar 83% dos trabalhadores ambulantes (SENA, 2002, p. 133).



Já segundo Pires (2015)<sup>5</sup>, da segunda metade dos anos 1980 até o início dos anos 1990, a informalidade cresceu 94% no Centro Comercial de Belém. De 1991 a 1997, cresceu 54%. De 1997 a 2006, cresceu 59%. Com base nesses dados, esse autor afirmou ainda que de 1991 a 2007 houve um crescimento de 54% de trabalhadores na atividade informal no centro de Belém.

Levando em conta esse conjunto de dados, pode-se apreender que as atividades informais estão ligadas à lógica de funcionamento do sistema capitalista. Em estados como o Pará, como já se viu, a informalidade não é residual, mas dominante. Infere-se que essa presença marcante se deve porque dialoga com as disposições culturais de longa duração. Assim, os indivíduos que atuam no setor não necessariamente desejam uma condição de trabalhadores formais porque o SI na região está longe de ser aquele descrito nos primeiros estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), nos anos de 1970. Segundo Cacciamali (1994), naquela época, o SI foi frequentemente definido por afirmações negativas, como “as atividades que não podem ser classificadas como tipicamente capitalistas, as ocupações não típicas (...) que auferem rendimentos abaixo de um determinado nível salarial” (CACCIAMALI, 1994, p. 230).

Segundo a autora, as primeiras definições sobre o setor informal partiam do conceito de pequena produção mercantil e da abordagem intersticial e subordinada. Na economia regional, por sua vez, são tanto os motivos econômicos como as disposições culturais que ajudam a explicar o ingresso e permanência dos trabalhadores nesse tipo de atividade. O que é importante fixar é que o SI é um tipo de estratégia utilizada tanto pelos trabalhadores como pelo capital para se reproduzir e não pode ser visto como uma mera concorrência desleal para atividades formais. O setor informal está ligado à dinâmica de desenvolvimento do Setor Formal (SF), não podendo ser analisado de forma separada ou como estrutura oposta ao SF. Na verdade, o SI é subordinado ao SF, mesmo quando o primeiro ocupa mais trabalhadores que o segundo.

## DESCRITIVO DA MOSTRA ESTUDADA

Este trabalho realizou uma pesquisa qualitativa, com amostra não-probabilística, ou intencional. Buscou-se garantir camelôs de todas as ruas de maior movimento no centro comercial. Isso foi feito para tentar entender a dinâmica espacial do centro, definida nos termos dos próprios camelôs. Assim, a pesquisa escolheu trabalhadores que atuam nas ruas Padre Eutíquio, 13 de maio, João Alfredo, Santo Antonio, Manoel Barata (calçada e no interior do Espaço Palmeira) e Sete de setembro. Para facilitar a abordagem, foram selecionados apenas camelôs que atuam em barracas. Isso permitiu encontrá-los com facilidade quando da necessidade de fazer mais perguntas, em outras visitas.

As entrevistas foram constituídas por questões semiestruturadas, com entrevistas semiabertas, com uso de roteiro, em uma abordagem em profundidade, que pudessem se abrir para respostas indeterminadas. As entrevistas foram realizadas entre novembro de 2016 e junho de 2017.

5 Entrevista “Belém: os desafios e potenciais dos informais”. *Jornal Diário do Pará* no dia 18.01.2015. Disponível em: <http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-316277-.html>. Acesso em 23.10.2017.



Por meio delas, buscou-se compreender o universo intersubjetivo dos camelôs, solicitando que fizessem uma descrição de suas práticas comerciais e explorando suas visões de mundo a respeito do comércio, das suas relações com o poder público, da política, da religião, da sua escolaridade e da escolaridade de seus filhos e das percepções gerais a respeito da sociedade e que se inserem.

Juntamente com as entrevistas, procedemos uma observação participante ocorrida no perímetro delineado para a pesquisa. Essa coleta paralela de dados auxiliou a entender como as disposições sociais e econômicas dos camelôs se transformam diante das novas exigências do capitalismo contemporâneo e, também, a delinear as práticas intersubjetivas que relacionam o tipo ideal do camponês-caboclo ao camelô de Belém.

Explicitadas todas essas escolhas teórico-metodológicas, apresenta-se, abaixo, os 10 camelôs entrevistados. São eles:

**Tabela 03 – Perfil dos entrevistados**

Nome	Idade	Sexo	Grau de escolaridade	Cidade de nascimento	Origem familiar	Religião
1. LSM	38	M	Quase completou o ensino médio	Belém	Avós maternos de Igarapé-Miri. Avós paternos de Abaetetuba. Estes últimos trabalhavam na agricultura. Produziam farinha. Pai veio para Belém. Começou vendendo unha, depois abriu um restaurante.	Evangélico da Assembleia de Deus
2. RCM	36	M	Até a 3ª série do ensino fundamental	Belém	Mãe e avós maternos de Cametá. Família do pai vem de Abaetetuba. Eles trabalhavam com agricultura. Mãe veio para Belém. Trabalhou como empregada doméstica e depois virou camelô.	Evangélico da Quadrangular
3. MLJ	51	F	Até a 5ª série do ensino fundamental	Bragança	Pais e avós de Bragança. Trabalham com agricultura.	Católica
4. PJJ	47	M	Até a 8ª série do ensino fundamental	Belém	Pais de Belém. Avós do Maranhão e Ceará. Atividades não informadas.	Evangélico da Quadrangular

5. PSS	39	F	Até a 7ª série do ensino fundamental	Belém	Mãe de Manaus. Pai de Belém. Avós paternos de Belém, maternos de Manaus. Avós trabalham com a venda de palmito. Pai e mãe camelôs.	Evangélica
6. ASP	34	M	Até a 7ª série do ensino fundamental	Santa Maria do Pará	Pai e mãe de Santa Maria do Pará. trabalham com agricultura. Plantam mandioca, milho, melancia. Tem parentes em Igarapé-Açu também.	Católico
7. SMSS	61	F	Ensino médio completo	Belém	Pais de Oueiras do Pará. Pai foi padeiro e porteiro. Mãe era dona de casa. Avós maternos cearenses. Avós paternos Oueiras. Não soube informar atividades dos avós.	Católica
8. JAC	30	M	Estudante de nível superior	Belém	Pais e avós do Acará. Trabalhavam com agricultura. Plantavam mandioca.	Evangélico da Assembleia de Deus
9. WOV	51	M	Até a 8ª série do ensino fundamental	Belém	Pai amazonense. Era taifeiro. Mãe paraense. Era lavadeira. Avós de Assis Brasil, no Acre. Atividades dos avós não especificadas.	Católico (mas frequenta cultos)
10. MPSC	39	M	Até a 8ª série do ensino fundamental	Belém	Pai e mãe de Belém. Mãe era camelô. Pai trabalha no setor náutico do late Clube de Belém. Não sabe dos avós paternos. Não sabe com o que trabalhavam.	Evangélico da Igreja Universal do Reino de Deus

**Fonte:** Pesquisa de campo.

A partir dessas entrevistas, conjugadas com a observação participante do espaço social ocupado pelos entrevistados, procedemos uma reflexão sobre a duração das disposições culturais desses indivíduos, tendo por base suas estratégias de inserção no mercado informal.

Norteamos nossa análise na noção de habitus de Bourdieu (2009), conceito que auxilia na compreensão sobre como certas disposições dos camponeses-caboclos puderam ser transmitidas ao longo do tempo por meio de um sistema que estrutura esquemas de percepção, pensamento, práticas e representações, sem que com isso, acabe a autonomia do agente. Trata-se de uma liberdade condicionada, mas que pode mudar. É que se o habitus evita questionamentos, ele também pode passar por mudanças que, por sua vez, modificam seus esquemas de percepção e apreciação. Tudo isso sem intenção consciente. Não obstante, aproximamos a noção de habitus ao pensamento

de Schutz (1967) sobre os processos de tipificação intersubjetiva, que nos permite dar mais flexibilidade ao conceito bourdieusiano e, assim, alcançar a dimensão pré-reflexiva das disposições sociais.

Dessa maneira, buscamos explicitar a trajetória dos tipos camponês-caboclo e camelô a partir da percepção da duração, na experiência social, de reservas de experiência construídas intersubjetivamente (SCHUTZ, 1970 e 1987). Bem entendido, a identificação desses sedimentos que atravessam o tempo precisou ser feita, juntamente, com a compreensão do tipo camelô na contemporaneidade. Por conta disso, esta pesquisa realizou uma pesquisa de campo de inspiração etnográfica, para tentar entender a complexidade do trabalho camelô na perspectiva de um fenômeno social total, aos moldes de Mauss (2003), que possui aspectos religiosos, estéticos, políticos, familiares, morais etc.

Outro autor importante foi Souza (2012), sensivelmente com sua descrição da nova classe trabalhadora, que ele chama de batalhadores. Estes são a elite dos excluídos, ou ralé, que conseguiram se inserir no capitalismo flexível graças a sua disposição para o trabalho duro, com longas jornadas. Em comum, eles têm uma família minimamente estruturada e cultivam relações de exemplaridade a partir de testemunhos de membros da mesma religião. Por conta disso, conseguiram articular aprendizado prático e um circuito de reciprocidade. Essas foram estratégias eficazes para sua reprodução, permitindo que não sucumbissem diante dos desafios do mundo moderno. Dessas forma, todos esses autores foram importantes para a pesquisa porque objetivamos: demonstrar a importância da economia da honra entre os camelôs; estabelecer classificações entre os camelôs quanto aos níveis de precariedade, complexidade de seu trabalho e acesso a clientes; e estabelecer classificação entre camelôs batalhadores (trabalham para reproduzir a família) e empreendedores (trabalham para reproduzir o próprio capital).

**Tabela 04** - níveis de precariedade, complexidade e acesso a clientes

<b>Status</b>	<b>Nível de precariedade</b>	<b>Nível de complexidade</b>	<b>Acesso a clientes</b>
Camelô que vende “na mão” (não possui barracas ou ponto fixo).	Elevado nível de precariedade. Risco de ter problemas com a Secom, já que não tem licença para vender mercadorias na via pública.	Baixo. Não tem a rotina de montar e desmontar barraca e os custos decorrentes disso. Não paga taxas à Secom e nem faz prestação de contas ao programa MEI.	Maior facilidade de vendas porque pode escolher os espaços de maior movimentação de pessoas. Maiores chances de chegar aos clientes por impulso.

Camelô dono de barraca que vende produtos com restrições, como mídias piratas	Nível intermediário de precariedade. Garantia de ficar na via pública enquanto durar o contrato com a prefeitura, mas risco de perder a mercadoria para a Secon, por vender um produto não autorizado.	Varia de acordo com a adesão a estratégias racionais de controle dos recursos conforme cada camelô. Paga taxas à Secon.	Varia de acordo com o ponto estabelecido pela Secon.
Camelô dono de barraca que vende produtos autorizados pela legislação	Nível moderado de precariedade. Garantia de ficar na via pública enquanto durar o contrato com a prefeitura. Não corre o risco de ter as mercadorias apreendidas.	Varia de acordo com a adesão a estratégias racionais de controle dos recursos conforme cada camelô. Paga taxas à Secon.	Varia de acordo com o ponto estabelecido pela Secon.
Camelô de espaço municipal	Baixo nível de precariedade. Garantia de ficar na via pública enquanto durar o contrato com a prefeitura.	Nível de complexidade intermediário. Precisa de ações de marketing para o público chegar até ele e fidelizá-lo.	Dificuldade de chegar aos consumidores porque não está na via pública e por isso não consegue a venda por impulso.
Camelô Microempreendedor individual (concessionário de barraca ou de espaço municipal).	Baixo nível de precariedade. Garantia de ficar na via pública enquanto durar o contrato com a prefeitura. Direito a aposentadoria e possibilidade de auxílio do INSS em caso de doença.	Elevado nível de complexidade. Necessidade de prestação de contas regular.	Varia de acordo com o ponto estabelecido pela Secon (camelôs de barraca)  ou  Dificuldade de chegar ao público porque não está na via pública e por isso não consegue vender por impulso (camelô de espaço municipal).

**Tabela 05** - grau de proximidade com os valores do empreendedorismo

Nome	Sexo	Prevalência da origem da capacidade de trabalho: escola X ensino formal	Noções de cálculo e administração	Reinvestimento no negócio	Cordialidade (improvisado e adaptabilidade)	Mudanças no padrão de consumo e estilo de vida	Batalhador/ batalhador empreendedor
------	------	---	-----------------------------------	---------------------------	---	--	-------------------------------------

LCS	M	Ensino formal	Sim	Sim	Sim	Não	Batalhador em- preendedor
RCM	M	Escola da vida	Não	Sim	Sim	Não	Batalhador
MLJ	F	Escola da vida	Não	Sim	Sim	Não	Batalhadora
PJG	M	Escola da vida	Não	Sim	Sim	Não	Batalhador
PSS	F	Escola da vida	Sim	Sim	Sim	Não	Batalhadora
ASP	M	Escola da vida	Não	Não	Não	Não	Batalhador
SMSS	F	Ensino formal	Não	Sim	Sim	Não	Batalhadora em- preenedora
JAC	M	Ensino formal	Sim	Sim	Sim	Sim	Batalhador em- preendido
WOV	M	Ensino formal	Sim	Sim	Sim	Não	Batalhador em- preendido
MPCS	M	Ensino formal	Sim	Sim	Sim	Não	Batalhador em- preendido

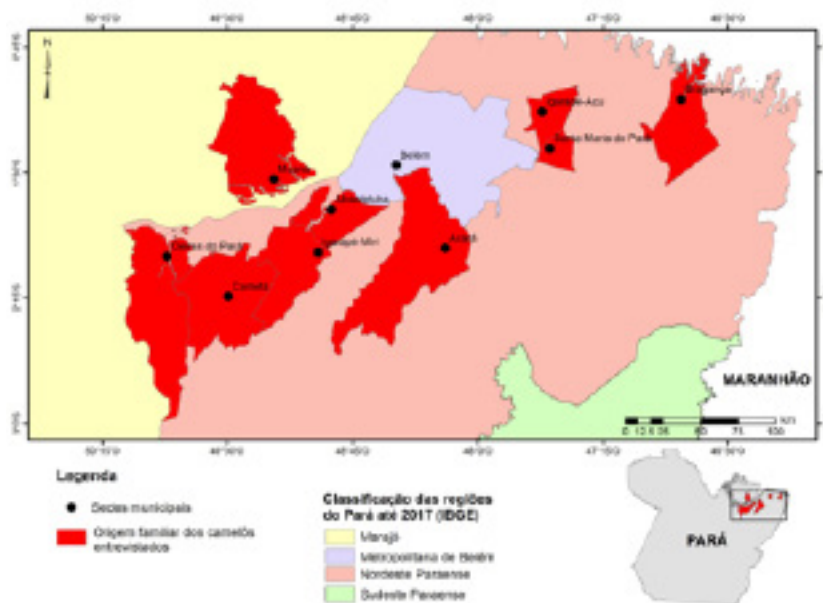
Fonte: Souza (2012) e pesquisa de campo.

## DISCUSSÃO: ASPECTOS TEMPORAIS DO HABITUS DOS CAMELÔS DO CENTRO DE BELÉM

Como se percebeu por meio da relação de entrevistados acima, a maioria dos camelôs que fez parte de nossa pesquisa é oriunda de famílias provenientes das regiões geográficas intermediárias de Belém e Castanhal<sup>6</sup>, especialmente das regiões geográficas imediatas Belém (Belém e Acará), Cametá (Cametá, Oeiras do Pará), Abaetetuba (Abaetetuba, Igarapé-Miri) e Bragança (antigas microrregiões Bragantina, Cametá e Tomé-Açu). Estes são espaços nos quais, segundo Costa (2012a), os camponeses-caboclos da T2 se mostraram presentes de forma expressiva desde o século XVIII.

Vale ressaltar que a mostra foi aleatória e, ao constituí-la, não tivemos pretensão demográfica – de modo que não pretendemos fazer inferências quantitativas sobre a presença de um habitus ribeirinho amazônico no comércio de Belém. Porém, a mera presença de indivíduos procedentes desses espaços amazônicos na mostra aleatória sugere a hipótese constituída a respeito da presença do habitus camponês-caboclo no mundo dos camelôs de Belém. Segue, abaixo, mapa que indica a origem familiar dos camelôs entrevistados:

6 Essa área corresponde à antiga Mesorregião Nordeste paraense, classificação conferida pelo IBGE de 1989 a 2017. Até então, se dividia o Pará em seis mesorregiões: Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense e Sudoeste Paraense. Desde o referido, ano, portanto, as regiões geográficas intermediárias substituíram as mesorregiões e as regiões geográficas imediatas, por sua vez, substituíram as microrregiões.

**Imagem 02** - Mapa da origem familiar dos entrevistados

**Fonte:** Pesquisa de campo.

Trabalhando com os elementos qualitativos da pesquisa, efetivamente, conformamos essa hipótese. Por meio das entrevistas, percebemos que as características socioculturais dos camponeses-caboclos se faziam efetivamente presentes nas disposições culturais dos entrevistados, de maneira que se tornou possível perceber certas continuidades, no presente, do habitus desse setor do mundo rural amazônico e, em relação às suas estratégias econômicas, uma aderência à tipologia da trajetória tecnológica camponesa T2 (COSTA, 2009a). Como indica esse autor, essa trajetória tem por base:

(...) o extrativismo não-madeireiro em combinação com agricultura diversa, de culturas temporárias e permanentes (...) Os resultados são sistemas agroflorestais, expressão de um paradigma tecnológico, no qual os processos produtivos pressupõem, em algum nível, a preservação da natureza originária (COSTA, 1998, apud COSTA, 2009a, p. 248).

Ainda a respeito da T2, Costa afirma que é “marcada por uso altamente diverso das disponibilidades naturais, com baixíssimo impacto na biodiversidade e baixíssima formação de dejetos/impacto poluidor” (COSTA, 2012a, p. 157), sendo, dentre as demais trajetórias tecnológicas das populações amazônicas a de origem mais remota no tempo, baseada em sistemas agroflorestais. Com efeito, uma das expressões da T2 são os bens e serviços associados ao manejo florestal, à agricultura e à aquicultura, bem como uma disposição para uma produção que se faz em relativa harmonia com o ritmo da natureza, ou seja, com certa conciliação entre agricultura e extrativismo, a partir da pequena produção familiar.

Como já se disse, esta pesquisa argumenta que essa mentalidade intersubjetiva se reconfigurou no ambiente urbano, agora no trabalho de venda de produtos na rua. Assim, o que se buscou nas entrevistas com os camelôs do centro de Belém foi compreender em que medida o trabalho deles implica negociações de disposições culturais do ambiente rural no espaço urbano. Nesse sentido, a primeira coisa que vem à mente é discutir



as formas de organizar o tempo no mundo do trabalho. Segundo Bourdieu (1979), no mundo camponês, o futuro não costuma ser encarado como algo que deve ser dominado pelo cálculo econômico racional. Ali o que determina as expectativas em relação ao futuro é o sentimento de honra dentro do grupo e a reprodução simples deste (grupo). Bourdieu (1979) explica ainda que essa reprodução simples é aquela definida em termos marxistas, ou seja, consiste na produção de bens que permitem ao grupo subsistir e se reproduzir biologicamente, bem como reproduzir seus vínculos, valores e crenças que fazem a coesão deste mesmo grupo. Assim, na lógica camponesa:

(..) tudo acontece como se ao desencorajar expressamente todas as disposições que a economia capitalista exige e favorece, espírito de empreendimento, preocupação da produtividade e do rendimento, espírito de cálculo, etc, e ao denunciar o espírito de previsão como uma ambição diabólica, em nome da ideia que “o futuro é a parte de Deus” (BOURDIEU, 1979, p. 33).

Sabe-se ainda que o tempo do camponês é o tempo cíclico, repetitivo, denso, marcado pela participação, pela vida coletiva, onde as datas festivas renovam o sentido da cotidianidade e de pertencimento à comunidade, proporcionando à coletividade periodicamente, descarregar as tensões. Em suma, é um tempo vivido. Por conta disso, não se deve analisar essa passagem do tempo buscando uma lógica perfeita, mas possível.

Outro aspecto marcante entre os camponeses que também se observa em parcela significativa dos camelôs é o fato de ambos encararem o trabalho como penar. Eles creem no trabalho duro como uma forma de troca de dons com a natureza. Dessa forma, assim como no mundo camponês, o camelô também precisa enfrentar uma rotina dura de trabalho que começa cedo, que além da tarefa de montar a barraca, também se depara com obstáculos naturais como o sol, a chuva e o vento, para depois, no dia seguinte, ter de refazer tudo novamente. Segundo a lógica desse habitus, esse penar é necessário e justo, uma espécie de tributo que será recompensado. Dessa forma, assim como o camponês ou o extrativista, o camelô manifesta uma disposição de reverência e aceitação dos ciclos da natureza e do divino, onde não é possível queimar etapas.

Ainda sobre as disposições temporais, outra questão importante é que a influência camponesa faz com que a vivência do tempo seja balizada pelas regras do grupo. Isso inibe práticas individualistas, típicas do universo burguês. Esse viver coletivo, aliás, é um reflexo da disposição camponesa, onde a indistinção, longe de ser algo negativo, é percebida como importante para a reprodução do grupo, na ficção de sua unidade.

Bourdieu (1979) afirma ainda que a economia pré-capitalista, influenciada pelo modo de vida camponês, empenha suas despesas em função da renda obtida pela produção precedente e não pela renda que espera obter. Não se pauta, assim, por uma representação do futuro como campo de possíveis que pertence ao cálculo explorar e dominar. Apesar disso, possuem condutas de previdência, podendo poupar bens de consumo que possam proporcionar satisfação imediata no futuro. Por outro lado, não costumam acumular bens indiretos que podem concorrer à produção de bens diretos e que não sejam fontes em si mesmo de satisfação alguma, como o dinheiro. Segundo o autor, mesmo quando camponeses parecem



estar fazendo investimentos em busca de rentabilidade, o que procuram, na verdade, é investir em bens, onde a posse deles resulta, a bem da verdade, em maior prestígio dentro da comunidade.

Bourdieu (1979) constatou também que na economia pré-capitalista há resistência à acumulação de riquezas porque esta é associada à dissolução da base econômica e da ordem social, pois o enriquecimento de um supõe o empobrecimento do outro, sensivelmente em economias estacionárias. Assim, a riqueza implica deveres como o da generosidade.

Todas essas disposições, no entanto, não são conscientes. O habitus, como já se disse é uma disposição incorporada, e como tal, pré-reflexiva. Nesse sentido, muito do que um agente é se expressa em suas práticas, que só são como são após um processo de naturalização, dando sentido aquilo que é arbitrário. Ocorre assim que é impossível apreender a natureza de uma lógica prática por um ponto de vista da lógica lógica, muito mais difundida nos meios acadêmicos. Essa tarefa, porém, se mostra fundamental quando se trata de estudar o habitus e as práticas de um grupo onde aquilo que faz se confunde com aquilo que ele é ou pensa ser, principalmente porque estrutura sua vida a partir da influência de disposições inscritas na tradição.

Uma noção central que liga os camponeses-caboclos aos camelôs é a relação que ambos mantêm com o tempo. Tanto uns como os outros, acreditam ter alguma margem de controle do que fazem com ele. Não se trata de um tempo homogêneo, como o influenciado pela fábrica moderna, mas de um tempo carregado de sentido cultural, ligado sim aos ciclos da natureza, mas submetido, fundamentalmente, à lógica da honra dentro do grupo. Nesse sentido é necessário assim, saber usar o tempo. Por isso, ambos (camponeses-caboclos e camelôs) valorizam isso, se orgulham disso, como uma arte.

O porvir, no mundo camponês-caboclo, bem como no mundo camelô, costuma ser encarado de forma ambivalente. Se por um lado é necessário ter uma postura ativa, que marca o homem honrado, o que significa que existe uma margem de autonomia para o agente, há, também, uma compreensão dominante de que o porvir não pode ser completamente controlado. Trata-se, na verdade de saber ler os sinais naturais ou metafísicos para render homenagens a um plano superior e ser merecedor de uma bênção, aos moldes da lógica dos dons e contradons, como descreveu Mauss (2003) sobre as sociedades influenciadas por formas arcaicas ou pré-capitalistas. Sobre isso, suspeita-se de que se trata dos sedimentos das disposições indígenas de reverência à natureza, mas também do intenso trabalho de cristianização da agricultura e dos valores coloniais como um todo que vêm desde as missões, que se expressa hoje no catolicismo popular, bem como nas apropriações operadas pelo pentecostalismo ou mesmo pelo neopentecostalismo, vertente mais explicitamente ligada ao mundo econômico.

É bem verdade, no entanto, que o mundo urbano e moderno está submetido a outras lógicas (além das trocas de dons) e que outras dinâmicas, como da nova informalidade, influenciam os camelôs hoje como já nos aponta Pires (2014). Segundo o autor, trata-se de uma positivação da atividade informal sob influência do neoliberalismo, onde trabalhadores como os camelôs são considerados empreendedores e que só precisam de suporte do Estado para desenvolver esse potencial.

Além disso, camponeses-caboclos e camelôs também têm em comum o fato de trabalharem, fundamentalmente, para reproduzir a própria família. Há neste tipo de trabalho um complexo sistema de troca de dádivas, que mantém clara referência à lógica pré-capitalista de trabalho. Parentes, conhecidos, vizinhos ou mesmo membros da mesma igreja costumam ter preferência na hora de estabelecer relações econômicas.

Muito além de uma situação conjuntural econômica, o trabalho de camelô também sinaliza a duração histórica de processos intersubjetivos sobre o mundo do trabalho na região amazônica. Ocorre que para entender esse universo, é necessário compreender o trabalho na sua dimensão cultural. Como já se disse, para fugir de uma perspectiva exclusivamente economicista, buscamos inspiração em Mauss (2003) e procuramos abordar o trabalho de venda de produtos na via pública como um fenômeno social total, que carrega formas religiosas, morais, estéticas, políticas e familiares. Além disso, a partir de Bourdieu (1979) observamos que ainda há um mal estar no julgamento do universo camelô pelo senso comum, tanto por parte de uma parcela dos gestores públicos como da sociedade. Devido uma postura eurocêntrica e racista que chega à Amazônia, julga-se que há uma discordância entre as disposições econômicas de grupos como os camelôs e o mundo econômico em que estes deveriam agir (isso se observa nas constantes políticas municipais de retirada destes trabalhadores das vias ou na crença de que seria desejável ter um centro comercial sem os camelôs, já que eles representariam formas de trabalho atrasadas ou pré-capitalistas ou mesmo insalubres).

Ocorre, como diz Bourdieu (1979), que os agentes econômicos não podem ser tratados como meros reflexos das estruturas objetivas e impostas de forma exógena. Por isso, antes de aceitar esse receituário capitalista, é necessário fazer uma gênese das disposições e das condições econômicas e sociais desta gênese do mundo camelô. Foi necessário estudar, portanto, como nos diz Bourdieu (1979) as condições materiais de existência dos grupos que formaram os camelôs e identificar como estes se depararam com as probabilidades objetivas de futuro. Vale esclarecer que essas disposições funcionam como estruturas estruturantes, orientando e organizando as práticas econômicas da existência cotidiana, operações de poupança e de crédito, assim como representações políticas. Como identificamos que os camelôs possuem origem no mundo camponês-caboclo descrito por Costa (2012), buscou-se, assim, entender como disposições, representações e valores correspondentes a estruturas econômicas rurais podem coexistir em indivíduos que também precisam dar conta de uma dinâmica diversa, imposta por estruturas econômicas do capitalismo contemporâneo e do mundo urbano.

Vale dizer, no entanto, que assim como nos explica Harris (2006), procuramos não entender o tipo camelô como uma simples evolução linear que teria começado no indígena extrativista, passado em seguida ao estágio de camponês-caboclo e, finalmente, ao de proletário na cidade. Parte-se do termo caboclo apenas por uma necessidade heurística, sem deixar de notar que este conceito carrega inúmeros perigos. O primeiro talvez seja o fato de não ser auto atribuído, mas imposto pelos colonizadores. Harris (2006), lembra que o termo caboclo foi uma criação dos portugueses, como categoria de indivíduos que partilhavam padrões culturais semelhantes, como a maneira de explorar os recursos ambientais e suas crenças no ambiente encantado.

Segundo Parker (1985) apud Harris (2006) essa “cabocliização” emergiu no mundo pom-balino, entre a expulsão dos missionários (1770) e a Cabanagem (1830). Ali, portanto, se formaram as primeiras sociedades camponesas amazônicas. Com o desenvolvimento da historiografia, o termo caboclo ganhou aderência e passou a sugerir a existência de uma identidade cabocla no sentido ontológico, como fronteira étnica, caindo assim em uma perigosa reificação da cultura. Ocorre que se é possível afirmar que existem atributos históricos comuns entre essas populações, também é adequado afirmar que estas são heterogêneas, levando em conta a intensa migração para a Amazônia desde o século XIX e o fato de que os caboclos sempre foram abertos às transformações trazidas tanto pelo meio físico como pela colonização.

Dito isso, é útil esclarecer aqui que a dinâmica do meio urbano que se impõe ao tipo camelô hoje está muito longe de ser o primeiro momento na trajetória desses grupos subalternos, em que tiveram que se adaptar às condições do meio natural e social. Segundo Harris (2006), os caboclos sempre foram modernos em sua abertura à renovação. Historicamente, eles tiveram que adotar estratégias para seu próprio sucesso reprodutivo, ou seja, para adaptarem o campesinato às condições econômicas e políticas da Amazônia. Dessa forma, o autor afirma que esses “camponeses reconstituídos” são, ao mesmo tempo, localistas (com referência a parentesco e à propriedade dos recursos) e modernos (heterogêneos e inseridos em redes extensivas e flexíveis).

As características essenciais dos camponeses que vivem às margens dos rios (ribeirinhos, caboclos,) são sua flexibilidade e resiliência (...) Essas características surgiram no contexto da segunda metade do século XVIII, depois da expulsão dos missionários e do estabelecimento dos diretórios nos povoados, nos anos de 1770. Esse período foi turbulento e violento, com a afirmação do domínio imperial português sobre a região e criação de um comércio de mercadorias de exportação, nenhuma das quais bem-sucedida (HARRIS, 2006, p. 81).

O que deve ficar explícito, portanto, é que não se pode pensar que a emergência do sistema capitalista na Amazônia e o conseqüente surgimento de tipos como o camelô sejam sintomas da derrocada do modo de vida caboclo. Essa interpretação de desmanche cultural, aliás, está impregnada no senso comum local, após inúmeros trabalhos acadêmicos como o de Parker (1985), que identificou a “segunda conquista da Amazônia” pelos governos militares pós-1964 como um abandono das estratégias adaptativas dos caboclos do passado rumo a uma lógica de fronteira, onde o avanço do capitalismo seria inversamente proporcional à preservação da natureza e das relações que em torno desta que gestaram o universo caboclo. Esse tipo de interpretação corre o risco de reificar o modo de vida caboclo como uma realidade ontológica. Como afirma Harris (2006), o governo militar foi apenas outro momento-chave de uma série de intervenções com resistências associadas e com conseqüências heterogêneas.

Voltando ao tema das disposições, nossa tese é que essa mentalidade intersubjetiva para o mundo do trabalho se reconfigurou na lógica do trabalho livre e no ambiente urbano, agora na venda de produtos na rua. Assim como o camponês, o camelô traz esse desejo de autonomia, de fuga das complexas regras do trabalho formal e busca um tipo de trabalho que possa respeitar seu sistema de disposições temporais. Tudo isso desemboca no trabalho na rua, culminando na disputa pelo espaço urbano. Assim, o que se buscou nas entrevistas

com os camelôs do centro de Belém foi compreender em que medida o trabalho deles implica negociações de disposições culturais do ambiente rural no espaço urbano.

Vale dizer que, nesse sentido, optamos pela definição de habitus tal como formulado por Bourdieu na obra *O senso prático* (2009). Nela, é demonstrado como o habitus concede ao agente relativo poder de ação diante da estrutura, a partir de uma perspectiva antropológica. Trata-se, ali, de ver o habitus em ação, na dinâmica imprevisível do mundo prático. Esta pesquisa, portanto, não pretende usar a noção de habitus em uma concepção onde a estrutura do campo deixa pequena margem de autonomia ao agente. Dessa maneira, tão importante quanto compreender os discursos ou a trajetória dos trabalhadores ao longo da história foi buscar um instrumental teórico-metodológico para tratar das entrevistas dos camelôs, ligando passado e presente.

Muito importante lembrar que não se deve pensar, que esses ajustes entre habitus e práticas dos indivíduos sejam a expressão de uma lógica mecanicista. É que se é bem verdade que o habitus evita questionamentos, ele também pode passar por mudanças, que por sua vez, modificam seus esquemas de percepção e apreciação. Nesse sentido, grupos como os camponeses-caboclos e o camelôs podem vivenciar mudanças nos modos de geração do habitus, ou seja, definições diferentes do “impossível, do possível e do provável”. Isso fará com que dentro do grupo as gerações possam ter percepções divergentes sobre o que vem a ser natural ou razoável. Assim, o habitus não deve ser encarado apenas como reprodução da estrutura nas disposições dos agentes, sem que estes possam, em algum momento, mudar as regras do jogo conforme o contexto.

Talvez ainda caiba fazer mais uma observação importante sobre o uso do conceito de habitus neste trabalho. Perceba-se que se, historicamente, o caboclo sempre foi moderno e flexível, como nos afirma Harris (2006), podemos dizer que o habitus camponês-caboclo, que influencia o camelô, tem essa marca da adaptabilidade em função disso. Portanto, se é bem verdade que o habitus implica em alguma reprodução da estrutura - na medida em que pressupõe homogeneidade das condições de existência, o que faz com que as práticas possam ser objetivamente dadas fora de qualquer cálculo estratégico e de qualquer referência consciente a uma norma e mutuamente ajustadas na ausência de toda interação direta ou negociação explícita - não se deve perder de vista que as condições apresentadas aos ribeirinhos sempre foram marcadas por imprevisibilidades, sejam elas naturais ou culturais.

Como afirma Harris (2006), isso fez com que os caboclos sempre fossem marcados por esta capacidade de enfrentar imprevisibilidades alheias. Dessa maneira, esse autor diz que as práticas e crenças deste grupo sempre se deram na confluência e divergência entre tradições endógenas e exógenas. Portanto, não é de surpreender que o “herdeiro” do caboclo, o camelô apresente opiniões, crenças, comportamentos e práticas que não sejam inscritas apenas no âmbito da tradição, ou seja, na tentativa de reencenar no presente as práticas do passado como uma forma de assegurar a reprodução do grupo, na ficção de sua unidade. Harris (2006) cita etnografias como as de Lima e Alencar (2011), nas quais o presenteísmo nas comunidades ribeirinhas se dá na medida em que o entendimento do passado não se dá como algo contínuo ao presente. Há ainda uma carência de identidade grupal em torno de memórias sociais ou mito de origem. Além disso, observou-se, uma insistência nos processos adaptativos, onde a flexibilidade e a resiliência sempre foram marcantes.

Os autores revelam que a mudança não é necessariamente impelida por processos ou pressões externas (por exemplo, ecológicos, econômicos ou políticos). Em vez disso, as narrativas do vargeiro indicam sua própria ligação cultural com a reinvenção e a existência para o momento. Em outras palavras, a orientação associada à várzea é produzida em consideração ao presente sempre em mudança, a partir de uma abertura à experiência ao invés de um modelo imposto sobre o fluxo da vida. Esse entendimento derruba a proposição elitista (que, ocasionalmente, encontra-se replicada, parcial ou totalmente em textos acadêmicos) de que os caboclos são tradicionais, sem ambição e carentes de modernização (HARRIS, 2006, p. 84)

Dito tudo isso, trataremos agora de investigar as similaridades entre os habitus camponês-caboclo e o camelô através das formas de organizar o tempo no mundo do trabalho.

## DISPOSIÇÕES TEMPORAIS E MUNDO DO TRABALHO NOS CAMELÔS DO CENTRO DE BELÉM

Um dos principais elementos intersubjetivos que caracteriza a duração do habitus camponês-caboclo no universo estudado é sua relação com o tempo; especificamente, com o tempo laboral. Isso se tornou muito claro quando indagávamos a eles a respeito do “futuro”, relacionando-o a ideias de segurança, seguridade, aposentadoria, perspectivas para os filhos e para a família em geral, transmissão de saberes e, especificamente, transmissão do ponto comercial.

Nesses momentos, não raro apresentavam uma perspectiva temporal que em muito sugeria o habitus camponês-caboclo, como no caso do camelô PJG. Ele nos informou, por exemplo, que não planeja o futuro. “Não, porque primeiramente o dia de amanhã não pertence pra gente. Pertence a Deus. Só Deus é que sabe o futuro da gente. Eu hoje estou aqui, amanhã não sei se estarei” (PJG, 2016). Ainda sobre o futuro, mas dessa vez sobre o tema aposentadoria, a camelô PSS argumentou: “não, não. Não penso no futuro, porque o futuro não pertence pra nós. Pertence a Deus. O que ele vier, o que ele mandar seja bem-vindo” (PSS, 2017). Há ainda os que até reconhecem a importância de planejar o futuro, mas não chegaram a fazer algo concreto para tentar se preparar para ele, preferindo se dedicar a resolver os problemas do presente como o camelô MPCs.

Olha cara, geralmente é difícil a gente pensar (no futuro). Mais as dificuldades de hoje mesmo. A gente quer suprir a necessidade de hoje, do agora. Risos. Tem o dinheiro, por exemplo, para pagar o ‘INSS’, direito a aposentadoria. Eu não sei quanto é que tá agora, mas varia de uns R\$ 50 parece, R\$ 60. A gente tem condições de pagar, mas esses R\$ 60 faz falta, né porque a gente não consegue juntar no final do mês e tar (sic) com aquele dinheiro todo né? Mil, dois mil reais. Vai pegando e vai gastando (MPCS, 2017).

ASP (2016) também declarou reconhecer a importância de se preparar para o futuro e disse que ia procurar fazer algo a respeito.

Esse mês eu tava até pensando pagar esse negócio que tem pra quando uma pessoa tiver com mais idade pra se aposentar né? Esse mês agora eu vou abrir pra mim. Ver se eu consigo ficar pagando todo mês uma taxa (ASP, 2016).



Ainda falando sobre planejamento para o futuro, vimos também a presença de disposições que não se escrevem na lógica da reprodução do grupo, mas de abertura, de flexibilidade, ou seja, de não conservação da identidade. Dessa maneira, é vital perceber que ao contrário do mundo camponês europeu, ou mesmo daquele do norte da África, descrito por Bourdieu (1979), o camponês-caboclo da Amazônia, sempre esteve aberto à mudança. Assim, nas entrevistas, percebeu-se que há um grupo que se imagina fora do mercado informal, como donos de lojas. É o caso de MLJ. Ela demonstrou estar aberta a uma mudança de vida, podendo sair da sua condição de camelô, apesar de não explicar como pretende fazer isso.

- Ainda vale a pena ser camelô?
- Vale. Eu gosto. Mas um dia eu vou sair daqui pra melhor. Tô me preparado pra isso.
- Quando?
- Ah, eu não sei, Deus é que sabe (MLJ, 2016).

Assim como ela, RCM tem como plano futuro abrir uma loja aos moldes do mercado formal, mas ainda sem atitudes ou meios concretos para tal.

- Daqui tu vai evoluindo. Daqui um tempo tu pode abrir teu próprio negócio. Abrir uma loja pra ti. Assim que começa.
- Por enquanto você só tem essa barraca?
- É. Por enquanto só tenho essa barraca, mas meu planejamento no futuro é ter uma loja (RCM, 2016).

LCS também não se comporta aos moldes de um pensamento tradicional, tendo o desejo de deixar de ser camelô e se tornar lojista.

A estrutura que a gente vive da nossa sociedade política e tudo em todas as esferas. Na realidade eu não queria ser do mercado informal. Eu queria ter uma lojinha. Um padrão de estabelecimento que eu possa postar minha mercadoria. Mas por ser um imposto muito alto, tu te desmotiva. Tu te retrai. No meio dos impostos é muito alto aí não tem como tu pagar os impostos e sobreviver ao mesmo tempo (LCS, 2016).

Mas se há camelôs que deixam o futuro nas mãos de Deus e outros que ainda estão no plano das intenções para controlar o próprio futuro, já há aqueles que estão usufruindo daquilo que planejaram. SMSS, por exemplo, começou a trabalhar como camelô após anos de contribuição no mercado formal e já é aposentada. “Me aposentei por idade e tempo de contribuição né? Saí do comércio, mas continuei pagando. Aí eu pagava o Sebrae. Aí ano passado quando eu ‘fez’ (sic) 60, Deus me deu essa benção” (SMSS, 2017).

Além dela, os camelôs JAC, 30, e LCS, 38, também já são filiados ao programa microempreendedor individual do Sebrae, que lhes garantirá aposentadoria no futuro. Nesse sentido, LCS afirma:

É positivo. Até pago lá. Se eu vier a me aposentar vou ter direito, benefício. Eu pago e me dá uma estrutura. Pelo menos eu vou ter uma aposentadoria um benefício. Eu tô contribuindo. Se eu pudesse contribuiria até mais. Mas o governo é muito pesado nos impostos (LCS, 2016)

JAC também demonstra ter compreensão plena do sistema de garantias proposto pelo programa MEI.

O que um empregado tem você tem. Você paga uma taxa mensal, tem a prestação de contas, todo aquele processo e não é uma novidade. É uma coisa assim que vem pra facilitar os meios de umas pessoas assim que não têm assim...que é autônomo (JAC, 2017).

Ainda tratando das formas de controle do tempo, é necessário refletir sobre a influência que o modo de vida camponês-caboclo, descrito por Costa (1998, 2012) mantém com os camelôs de hoje. Essa sociabilidade rural é marcada pela observação dos ciclos da natureza. É da economia arcaica ou pré-capitalista que vem o uso do tempo em conformidade com os ciclos de plantação e colheita, típicos da agricultura. Mas na região amazônica, há ainda a forma de perceber a passagem do tempo segundo os ciclos estritamente naturais, para uma ação humana não de plantio, mas extrativa, como o da coleta de produtos que ocorrem em abundância na região. Nas cidades onde predominam as atividades extrativistas ou agroflorestais, e, conseqüentemente, a policultura, é comum ver atitudes de submissão e reverência à natureza. É que os camponeses, explica Bourdieu (1979), dividem o tempo a partir do princípio da organização da sucessão temporal, baseado em divisões de um calendário mítico-ritual, que projeta uma ordem de sucessão de oposições míticas que dominam a existência do grupo.

Simultaneamente, princípio de organização - sendo sua função a de regular a sucessão temporal - e força de integração, pois que garante a harmonização das condutas individuais e o preenchimento recíproco das expectativas que se referem ao comportamento alheio, o calendário dos trabalhos e das festas institui a coesão do grupo interdizendo toda omissão às previsões coletivas ao mesmo tempo que, através de vias opostas, àquelas da ciência ou do cálculo econômico, garante a previsibilidade. A ordem social é, antes de mais nada, um ritmo, um tempo. Conformer-se com a ordem social é primordialmente respeitar os ritmos, acompanhar a medida, não andar fora de tempo. Pertencer ao grupo, significa ter no mesmo momento do dia e do ano o mesmo comportamento de todos os outros membros do grupo. Adotar ritmos desusados, itinerários próprios significa excluir-se do grupo (BOURDIEU, 1979, p. 47 e 48).

Tomando essa definição de Bourdieu (1979) para o contexto dos camelôs, pode-se dizer que eles têm sua própria forma de dividir o ano em ciclos. Um destes é o das vendas, que, por sua vez, correspondem às datas comemorativas estabelecidas pelo comércio. Nesse sentido, a organização do tempo para a maior parte dos camelôs entrevistados é algo fundamentalmente coletivo – assim como no mundo camponês - porque pressupõe um sistema de códigos e interdições. Um exemplo da organização do tempo em ciclos e a implicação disso para o grupo está bem claro em trecho da entrevista com o camelô MPCS. Ele conta que os colegas da redondeza e ele se combinam para definir o que cada um vai vender, evitando assim, conflitos.

Nós aqui, a gente se conhece há muito tempo. Cada um no seu galho. Por exemplo, o rapaz da sombrinha aqui. Ele vendeu sombrinha no inverno todo, mas eu não vendi. Entendeu? Nem o senhor aí. A gente respeita o trabalho dele. Agora no verão também ele não vai mudar. Fica na sombrinha também, entendeu? (MPCS, 2017).



Como se viu no trecho acima, o trabalho do camelô na via pública, ao ar livre, também requer uma forma de dividir os ciclos que leve em consideração aspectos climáticos, especialmente o regime de chuvas. MPCS, por exemplo, detalha as dificuldades ao longo do ano. “Mais no mês das chuvas que aperta pra gente, mas todo ano é isso. Fevereiro, Março e Abril são os meses mais complicado (sic) pra gente porque chove muito né?”. Ele fala ainda sobre os melhores meses. “É dezembro, natal e outubro né? Por causa do Dia das Crianças, do Círio. Agora (São João) também tem movimento né, mas mês que vem (julho) já some todo mundo: mês das férias!” (MPCS, 2017).

PSS também explica como divide os ciclos do ano. “Janeiro, que é mês escolar. Dia das mães é mais ou menos. Quadra Junina é bom. Outubro que é o Círio também é bom. Final de ano também é bom”. LCS também tem sua forma de dividir o ano. “O período melhor é dezembro, depois vem o Círio, depois vem o dia das Mães. Aí depois vem os pais e assim sucessivamente” (PSS, 2017).

As disposições psíquicas e emocionais tem posição central na explicação das decisões, comportamentos e opiniões dos agentes econômicos. Por isso é tão comum que os camelôs não se adéquem às normas do trabalho formal. Há, entre a maioria, uma sensação de liberdade em relação ao uso do tempo, além de um contentamento em não ter um patrão que impõe regras. Suspeita-se que isso ocorra devido sua origem familiar camponesa, onde o tempo é contado não a partir do relógio da fábrica, mas da observação dos ciclos naturais. Os poucos anos dedicados aos estudos também refletem um menor contato com a disciplina de instituições como a escola, que impõe, por muitos anos, comportamentos para cada horário e diante de figuras de autoridade (professores, inspetores, diretores). Tudo isso se reflete na procura dos camelôs por atividades que permitam autonomia no uso do tempo. A opinião de PJG sobre este tema é sintomática.

Eu trabalhei dois anos na Petrobras, de 1987 a 1989. Serviços gerais. Depois já não deu mais certo. Me transferiram para o aeroporto também. Não deu certo. Não me acostumei. Pra minha opção é melhor (trabalhar como camelô). Porque a gente trabalha pra gente mesmo. Não depende de horário. Não depende de patrão, de ficar sendo mandado. E aqui não. A gente chega a hora que quer e sair a hora que quer também (PJGS, 2016).

PSS também enaltece essa sensação de liberdade no uso do tempo. “Não tem horário, não tem patrão pra perturbar. Aqui se eu quiser vir eu venho, se eu não quiser eu fico em casa. Aí trabalhando de empregado não. Tu vai ter que trabalhar todo dia, doente ou não tu vai ter que trabalhar todo dia” (PSS, 2017). LCS fala dessas vantagens. “Você chega, abre sua mercadoria. Arruma e fica aqui. Vem um freguês, vem outro. Conversa com uma pessoa. Não tem todas essas restrições que um empregado tem” (LCS, 2017). MLJ aponta também o controle do tempo como fator primordial para se manter como camelô. “Por isso que eu não quero trabalhar assim (emprego formal). Se eu trabalhar num órgão público eu vou ter que ter horário pra chegar. Aí tu já viu... Aqui tá bom demais” (MLJ, 2016). ASP também prefere ser camelô a empregado formal. “A vantagem é melhor porque a pessoa entra a hora que quiser no serviço, sai a hora que quiser, entendeu?” (ASPA, 2017). SMSS também apresenta os mesmos motivos para gostar de ser camelô. “Ah, é você não ter de dar satisfação a ninguém né? Chega a hora que quer, vai a hora que quer” (SMSS, 2017).

Sobre esses relatos que ilustram as disposições temporais do mundo camelô cabe aqui retomar, ainda que brevemente, o tema da intersubjetividade. Como sugerido, o sentimento de autonomia de trabalhadores das classes populares se manteve, ainda que de maneiras diferentes ao longo da história. Assim, apesar das singularidades, as experiências dos trabalhadores amazônicos apresentam um aspecto comum: o sentimento e a possibilidade de relativa autonomia, mesmo diante da exploração de sua mão de obra em diversos momentos da história (missionários, Diretório, Corpo de Trabalhadores, seringais). Esse sentimento só pôde ser alimentado, provavelmente, pelo fato do trabalhador local estar situado em um meio ambiente *sui generis*, onde quem demandava o trabalho dependia do conhecimento dos índios ou mestiços sobre os ciclos naturais para dar escala aos produtos florestais, transformando estes últimos em mercadorias.

O que se percebeu foi que para que esse conhecimento estivesse a serviço do projeto de cada época foi necessário conceder alguma margem de liberdade para esses trabalhadores. Essas experiências comuns conformaram disposições pré-reflexivas para o trabalho engendrando práticas comuns como a combinação entre extrativismo e agricultura. Observa-se, portanto, a duração de algumas experiências comuns para o mundo do trabalho nesses dois tipos, como a valorização do controle do tempo, agora em um contexto urbano e marcado pela influência do capitalismo neoliberal.

Fazendo um balanço do tema das disposições temporais, pode-se dizer que a influência da temporalidade camponesa é relativa nas práticas sociais dos camelôs. Em vários casos se manifesta parcialmente, articulando elementos da economia arcaica com estratégias capitalistas burguesas de reprodução do capital. Tomando por base Bourdieu (1979), se poderia dizer que aqueles camelôs que possuem maiores dificuldades de adaptação à economia capitalista provavelmente estão ligados às disposições camponesas tradicionais (europeias e africanas), que se norteiam pelo ano agrário, onde não há distinção entre o tempo de trabalho e o de produção (onde ocorre somente o ciclo da natureza).

Estes não buscam a prática de dominar o tempo, influenciada pela técnica industrial fundada na especialização e desmembramento de tarefas. Acumulam em si mesmos todas as etapas do trabalho, sendo, ao mesmo tempo, donos do negócio e trabalhadores de si mesmos. Outro forte motivo de dificuldade de adaptação ainda é que essa modificação da duração tradicional dos ciclos agrários em favor de condutas racionais baseadas em um lucro futuro, exige que se sacrifique um interesse imediatamente tangível a um abstrato, o que supõe, a adesão familiar a algo incerto.

No universo camelô, aqueles que resistem à conduta de previsão o fazem por esta ser estabelecida pelo cálculo dentro do quadro de um plano abstrato. Assim, o camelô influenciado pela disposição temporal camponesa tradicional adota condutas de previdência, que apreendem um futuro que está diretamente inscrito na própria situação tal como ela pode ser percebida através de esquemas de percepção e de apreciação técnico-rituais inculcados por condições materiais de existência, elas próprias apreendidas através dos mesmos esquemas de pensamento.

Já aqueles camelôs que conseguem ter uma conduta mais abstrata, abrindo mão do presente em função de um lucro futuro, ou mesmo aqueles que não deixam o futuro apenas como desígnio de Deus, estão mais inclinados a dialogar com as disposições temporais tanto da tradição cabocla de flexibilidade (HARRIS, 2006) como das capitalistas. Nesse sentido,

a perspectiva da renúncia do gozo presente em função de uma aposentadoria ou mesmo a adoção da complexificação do trabalho pela especialização das práticas e divisão das tarefas já pressupõe um abandono da temporalidade camponesa mais tradicional. Dessa forma, aqueles que pagam taxas ao programa microempreendedor individual ou que abriram mão de usufruir do dinheiro do mês para investir em imóveis, já demonstraram uma conduta extremamente abstrata. Este é o caso do camelô WOV. Ele pensou no futuro, anos atrás. Hoje, além de trabalhar como camelô, vive da renda de imóveis.

A minha aposentadoria eu já fiz. (...) Eu nunca paguei aposentadoria. Mas eu guardei o dinheiro e fiz uma vila de quitinetes (...) quando eu inteirar 65 (anos) eles vão ter que me dar um salário mesmo. Quem é que vai conseguir se aposentar agora com mais de que um salário com essa nova regra que eles estão mexendo agora? Ninguém! (...) Quem é que vai conseguir pagar 38 anos de Previdência (...) de carteira assinada? (WOV, 2017).

Essa tendência ao controle do tempo demonstra ainda forte relação com a influência crescente do que Pires (2014) chamou de Nova Informalidade, ou seja, uma corrente ideológica de posituação da atividade informal. Trata-se de um movimento que surgiu no seio de pesquisadores e agentes públicos e que chegou ao senso comum, e, naturalmente, aos próprios camelôs. Todos percebem que a informalidade é não somente sistêmica, mas também produto da própria lógica e essencial à sobrevivência do capitalismo na atualidade. Essa mentalidade da Nova Informalidade se manifestou nas entrevistas onde se percebe a necessidade da renúncia ao uso do dinheiro para reinvestir no próprio negócio. JAC, por exemplo, já opera uma distinção entre o que é gasto e que é investimento em meio a um intenso fluxo de entrada e saída de recursos.

Faço controle, produto, mercadoria, cliente, o que sai, o que entrou, quanto ganhei, quanto não ganhei, como é que vai ficar. A gente tem, tipo, dependendo da época, por mês, tem mês aqui que a gente tira, faz R\$ 4 mil, depende muito do mês. Fica variando. Agora deu uma caída mais né? Mas tipo, a despesa limpa, tem mês aí que a gente tira R\$ 2 mil limpo. Porque tem o gasto, tem o que é investido. Eu tenho um contador, geralmente quando tenho prestação de contas com o Sebrae. Aí eu já chamo ele pra fazer isso (JAC, 2017).

JAC, aliás, nem se vê mais como camelô. Ele adota para si uma palavra do vocabulário da Nova Informalidade: microempreendedor individual.

Na verdade aqui é um outro segmento. A gente trabalha pra crescer. Esse é o pensamento. Como a gente era ambulante, hoje é microempreendedor então a nossa ideia é passar pra pequena empresa (...) Por isso que eu tive que me qualificar. Sair dum autônomo pra ir pra um microempreendedor, pra sair da área de camelô (...) Pela estrutura que eu tenho, a forma que eu trabalho, clientela ligando, trazendo pedido, já é uma outra forma de trabalho. Até porque a galeira que trabalha na via pública ele não se importa de montar uma clientela, (...) fique fixo da casa né? (JC, 2017).

Diante desses relatos, percebe-se a ambivalência do mundo camelô. Trata-se de um grupo que partilha uma trajetória e um habitus, mas que jamais pode ser considerado homogêneo ou fadado ao rótulo de tradicional.

## CONCLUSÃO

Concluimos o artigo assinalando – e, ao mesmo tempo, recolocando sinteticamente nossos argumentos – que buscamos dialogar com a ideia de que o trabalho de camelô do Centro Comercial de Belém é bem mais que uma prática típica de trabalhadores pobres do meio urbano não absorvidos pela economia formal em conjuntura de estagnação econômica. Trata-se, de uma prática que tem herança longínqua, em um habitus plenamente identificável, o dos camponeses-caboclos descritos por Costa (2012b) e que esse autor classifica como sujeitos sociais próximos ou aderentes à trajetória tecnológica que denomina T2. Esses grupos sociais vivenciaram experiências comuns no mundo do trabalho desde o Grão-Pará colonial, até a segunda metade do século XX quando acabaram sendo empurrados para Belém, com apoio do Estado (no âmbito estadual e federal) - como nos mostrou Loureiro (2004) - e hoje encarnam várias formas de trabalho informal na capital paraense.

Dito isso, fica a pergunta: em que medida o universo camelô representa continuidades e, por outro lado, quando aponta rupturas em relação ao universo dos camponeses-caboclos?

Em relação às continuidades, a principal, naturalmente, é o sentimento de autonomia. Mais do que uma questão meramente econômica, o trabalho de camelô reencena, no ambiente urbano, esse desejo de se apropriar de excedente econômico do comércio sem que para isso tenha que dividir com um patrão ou figura semelhante. O trabalho de venda nas ruas também garante a sensação de liberdade pela ideia de controle do tempo. Além disso, talvez por influência do meio rural amazônico, o mundo camelô também adota a mentalidade de que o uso de uma área lhe confere direitos sobre ela. Nesse sentido, os camelôs se sentem donos de seus pontos porque trabalham neles há anos.

Ainda no campo das permanências, mas não tão evidentes, camponeses-caboclos e camelôs compartilham uma abertura à mudança. Foi assim que os primeiros souberam sempre se adaptar às necessidades impostas pela dinâmica dos rios e da floresta; à alternância entre ciclos voltados para a exportação e para o mercado interno, através do desenvolvimento de mercadorias locais; ou mesmo às orientações da igreja católica em suas vidas. Quanto aos camelôs, as condutas de previdência no futuro, a adoção de um receituário liberal com direito a complexas formas de cálculo, ou mesmo a convicção de que seus filhos devem estudar “para ser algo melhor”, representa uma quebra com qualquer vestígio de conservadorismo ou prática inscrita na tradição.

Após expor alguns dados estatísticos, mas, principalmente, a partir da reconstituição histórica e da pesquisa de inspiração etnográfica, podemos voltar a afirmar o que foi dito no início deste artigo: o trabalho informal na Amazônia é muito mais do que um reflexo de crises no setor formal da economia. Essas práticas não são residuais, mas dominantes neste contexto regional porque foram tecidas intersubjetivamente ao longo de séculos. Tanto é assim que autores como Cleary (1993) apontam que mesmo o Estado autoritário não conseguiu vencer plenamente o isolamento geográfico e econômico da região em prol do projeto de “modernização do desenvolvimento capitalista”, entre 1964-1985.

O autor afirma que a teoria da fronteira, que anunciava uma marcha não controlável do capitalismo logo se mostrou equivocada, sendo nada mais do que um espasmo artificial que

só foi posta em marcha por uma subvenção estatal. Ele afirma que “a economia amazônica provou ser muito mais autárquica, e muito menos capitalista, do que a teoria da fronteira previu” (CLEARLY, 1993, p. 345). Assim, é necessário compreender que na Amazônia, a penetração do capital não resultou necessariamente em relações sociais capitalistas. Nosso trabalho de campo confirmou a afirmação deste autor, de que a economia política aplicada à região precisa encarar que mesmo a expansão da monetização na Amazônia não significou que isso corresponda a uma expansão do capitalismo aos moldes ortodoxos. Não se pode tratar, portanto, o capitalismo que se desenvolveu na região a luz de uma teoria evolucionista que toma a experiência europeia como parâmetro ou ponto de chegada. Só se pode fazer um estudo claro, se levarmos em consideração as práticas cotidianas, que conformam uma experiência que leve em consideração uma outra história, que nem sempre recebeu o status de econômica.

Nesse sentido, etnografias recentes têm demonstrado que após a fase de apogeu da migração urbano-rural, a Amazônia tem registrado a partir do final dos anos de 1980 um movimento de migração entre centros urbanos, muitas vezes internos à própria região. Esse movimento mais recente tem registrado uma presença marcante da informalidade, seja na cidade como no campo, em atividades como garimpo, comércio, construção e serviços domésticos. Importa fixar aqui que a urbanização e a expansão do espaço da economia informal proporcionou muito mais oportunidades para as famílias de origem camponês-cabocla obterem rendimentos fora do regime de propriedade.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Jornais:

NASCIMENTO, Valéria. Falta de emprego empurra paraense à informalidade. *Jornal Amazônia*. 05.06.2016.

Entrevista “Belém: os desafios e potenciais dos informais”. *Jornal Diário do Pará* no dia 18.01.2015.

### Livros:

AZEVEDO, E.A de. O mundo da vida e a ação em Alfred Schütz. *Problemata - Rev. Int. de Filosofia*. Vol. 02. No. 01. (2011), pp. 54-74. ISSN 1516-9219.

BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

CACCIAMALI, Maria Cristina. A economia informal 20 anos depois. *Indicadores Econômicos FEE (Online)*. v. 21, n. 4, p. 217-232, issn: 1806-8987, 1994.

CLEARY, David. After the Frontier: Problems with Political Economy in the Modern Brazilian Amazon. *Journal of Latin American Studies*, 25, pp 331-349. doi:10.1017/S0022216X00004685. Link: [http://journals.cambridge.org/abstract\\_S0022216X00004685](http://journals.cambridge.org/abstract_S0022216X00004685)

COSTA, Francisco de Assis. Desenvolvimento agrário sustentável na Amazônia trajetórias tecnológicas, estrutura fundiária e institucionalidade. In BECKER, B.; COSTA, F. A.; COSTA, W. M. *Desafios ao Projeto Amazônia*. Brasília CGEE, 2009b, p.215-299.

COSTA, Francisco de Assis. *Elementos para uma economia política da Amazônia: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade*. Belém: NAEA, 2012a.

COSTA, Francisco de Assis. *Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)*, Belém: NAEA, 2012b.

COSTA, Francisco de Assis. Novos fundamentos institucionais para o desenvolvimento do setor rural da Região Norte. n BECKER, B.; COSTA, F. A.; COSTA, W. M. *Desafios ao Projeto Amazônia*. Brasília CGEE, 2009b., p. 301-363.

COSTA, Francisco de Assis. Racionalidade Camponesa e sustentabilidade. *Papers do NAEA* nº 029. Belém, novembro de 1994.

COSTA, Francisco de Assis. Trajetórias Tecnológicas como Objeto de Política de Conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. *Revista Brasileira de Inovação*, Rio de Janeiro (RJ), 8 (1), p.35-86, janeiro/junho 2009a.

HARRIS, M. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C. et al. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

HUSSERL, Edmund. *A Crise das Ciências Européias e a Fenomenologia Transcendental* – uma introdução à filosofia fenomenologia. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2012.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: Estado, Homem, Natureza*. Belém: Cejup, 2004.

LIMA, D; ALENCAR, E. A lembrança da história: memória social, ambiente e identidade na várzea do médio Solimões. *Lusotopie*, 27-48, 2001.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, 2003, p. 185-314.

PIRES, Válber de Almeida. Camelôs e a sociedade: um estudo dos camelôs do centro comercial de Belém pelo enfoque teórico da integração social. 2008. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará.

PIRES, Válber de Almeida. Nova informalidade entre os vendedores autônomos do centro comercial de Belém do Pará e o caso do Espaço da Palmeira. 2014. 383 f.: Tese (doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. O Genius de uma Economia: Reflexões e propostas sobre o desenvolvimento da Amazônia. In: Aragon, L. E.; Imbiriba, M. N. O. (orgs). *Populações humanas e desenvolvimento amazônico*. Belém: UFPA/ARNI/CELA, 1989, p. 13-92.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SCHUTZ, Alfred. *Le chercheur et le quotidien*. Paris, Méridiens Klincksieck, 1987.

SCHUTZ, Alfred. *Reflections on the problem of relevance*, New Haven, CT: Yale University Press. 1970.

SCHUTZ, Alfred. *The Phenomenology of the Social World*. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 1967.



SECON. *Desenho socioeconômico da população de ambulantes que praticam o comércio informal no Centro Histórico de Belém – 2006/2007.*

SENA, Ana Laura. *O trabalho informal nas ruas e praças de Belém: estudo sobre o comércio ambulante de produtos alimentícios.* Belém: NAEA, 2002.

SOUSA, Luciana Cristina Romeu; MATHIS, Mariza Felipe. Formalidade e Informalidade no Brasil e Pará nas últimas duas décadas. *Observatório Paraense do Mercado de Trabalho (Opamet). Texto de Discussão.* Nº 04. 2016. Disponível em: [http://docs.wixstatic.com/ugd/987af7\\_a56cf28d6d204832b1a82c3b40589a7c.pdf](http://docs.wixstatic.com/ugd/987af7_a56cf28d6d204832b1a82c3b40589a7c.pdf).

TRINDADE, José Raimundo Barreto et al. *Relatório Estrutural Anual do Mercado de Trabalho Paraense.* Observatório Paraense do Mercado de Trabalho (Opamet): Belém, 2017. Disponível em: [http://docs.wixstatic.com/ugd/987af7\\_d69c6f459db24c169abcb26e34b7730a.pdf](http://docs.wixstatic.com/ugd/987af7_d69c6f459db24c169abcb26e34b7730a.pdf).